

fonte: FSP

class.: 65

data: 11/4/95

pg.: 1-3

## Amazônia — a utopia concreta

GUSTAVO KRAUSE

Compromisso é dívida. Principalmente se esse compromisso resulta da relação entre o eleito e o eleitor, sagrada pela vontade expressa na escolha democrática. Isto mesmo, uma dívida sagrada porque do lado do povo, votar, como ele votou na última eleição presidencial, é sempre uma renovação de esperanças e de confiança no futuro. Do lado do governante, porque pesa sobre ele como um fardo de formidável responsabilidade.

O presidente sabe disso. E os amazônidas lhe deram uma vitória extraordinária, sem que as praças públicas da região tivessem recebido o então candidato com a mesma frequência de outras regiões do país. O eleitor votou num projeto, num caminho, que o presidente simboliza e, hoje, detentor do poder, passa a construí-lo efetivamente.

O presidente e expressiva parcela da equipe foram à Amazônia para começar a resgatar as dívidas. Dívidas tão grandes quanto antigas. Sem enganação.

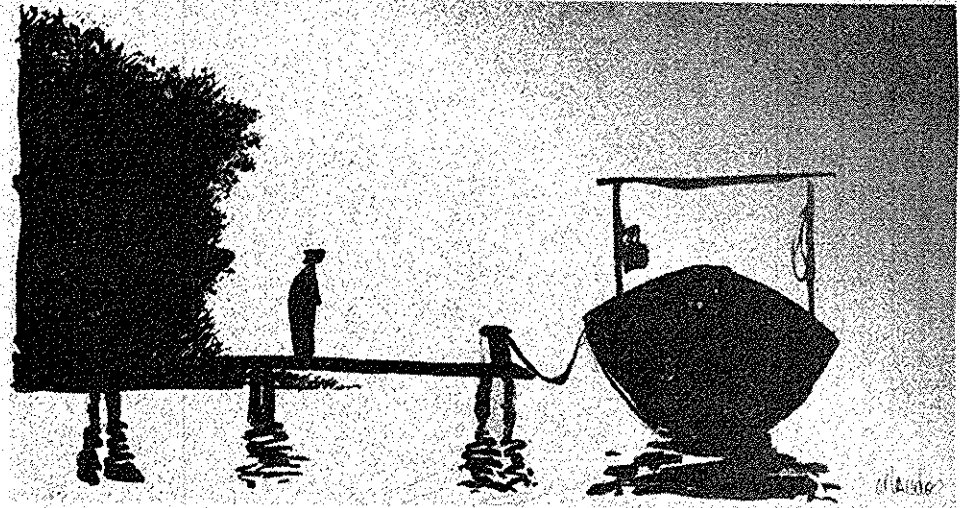
Exercendo "a paixão pelo possível" para tornar viável, naquela região, o que chamo de a utopia concreta do final do século. Essa utopia significa superar falsos dilemas e enfrentar velhas contradições para incorporar as dimensões econômicas, sociais e ambientais na realização da contemporânea e desafiante idéia do desenvolvimento sustentável.

Mais não foi só isso. O presidente demonstrou com clareza que está praticando um novo estilo de governar e uma forma diferente de encarar o desafio amazônico.

O que desembarcou em Carajás não foi o poder providencial do governo central. O poder que pode tudo, inclusive o de prometer e não cumprir.

Quem desembarcou em Carajás foi o governante de um país amadurecido, ao lado de governadores, prefeitos, e parlamentares, para a celebração de um pacto político, corporificado pela Carta da Amazônia, onde está expresso, entre outros postulados:

"As notáveis potencialidades da Amazônia representam, de um lado, um fator estratégico a ser mobilizado em favor de um projeto nacional de desenvolvimento, social e rigorosamente equilibrado. E, de outra, oferece um singular espaço para resposta ao desafio contemporâneo de explorar o extraordinário ca-



pital natural disponível de forma sustentável.

"Os governadores da Amazônia pensam que não é mais possível conceber-se um modelo de ocupação que sacrifique a fauna e a flora da região e que deixe de promover o desenvolvimento pleno das populações locais. Nada justifica o preço da destruição da nossa diversidade biológica, patrimônio nacional de incalculável valor científico, cultural, econômico e social."

Ao celebrar um pacto com o presidente da República, as forças políticas da região superpõem uma visão estratégica —que une— a uma ação fragmentada que perpetua um deplorável estado de pobreza.

De outra parte, constroem, independente de vinculação partidária e convicção ideológica, laços de cooperação e solidariedade política como a forma capaz de reverter a ação dos governos em benefício de uma vida digna para o homem da Amazônia.

Compartilhando responsabilidades e juntando esforços, como um estilo de exercer o governo, o presidente da República esboçou uma agenda cuja leitura confirma a ne-

cessidade de integrar políticas públicas e buscar na sociedade, e, em especial, nas organizações não-governamentais, a indispensável parceria para a eficácia e exemplaridade nas ações concretas.

Foi assim com a inauguração do "Bosque da Ciência", para reafirmar a pesquisa científica e os centros de excelência como ferramentas para conhecer e utilizar adequadamente a exuberante biodiversidade tropical; foi assim ao

transferir os primeiros recursos destinados pelo Grupo do PPG-7, em cooperação internacional, para as comunidades extrativistas e indígenas, na presença de representantes dos países.

Com o gesto, o governo superou as longas e penosas fases das negociações e, ao mesmo tempo, mandou um recado aos patrocinadores de que será ágil na captação e uso dos recursos internacionais. Paralelamente, reconheceu a Zona Franca como um pólo dinâmico e anunciou, a exemplo do que já ocorre no Nordeste, uma ação cooperada para desenvolver as notáveis potencialidades do ecoturismo na região.

Toda a perspectiva estratégica de médio e longo prazos será debatida em fóruns específicos com as forças representativas da região, de modo a compor o plano plurianual de investimentos a ser enviado ao Congresso, em agosto.

Todavia, o presidente não deixou escapar a ocasião para anunciar a realização de obras de infra-estrutura importantes para a região, com o cuidado de respeitar as estreitas margens das disponibilidades financeiras. Uma atitude séria para não frustrar as expectativas, e que foi tomada depois de consultar os responsáveis pelas áreas.

Foi assim que o presidente anunciou a construção da BR-174, a hidrovía Araguaia-Tocantins, a ampliação da refinaria de Manaus e, muito em breve, a utilização energética das reservas de gás do Juruá e de Urucu.

Não é, pois, difícil enxergar o estilo de o presidente governar: sólidas convicções democráticas, coerência e consistência programática e responsabilidades políticas compartilhadas.

**GUSTAVO KRAUSE**, 48, é ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Foi ministro da Fazenda (governo Itamar Franco), deputado federal pelo PFL de Pernambuco (1990-94) e governador de Pernambuco (1986-87).

*O presidente e expressiva parcela da equipe foram à Amazônia para começar a resgatar as dívidas*